

MP do DF aponta suposto esquema de venda de dados pessoais de brasileiros pelo Serpro

'Negócio milionário', diz promotor de Justiça responsável pelo caso. Caso foi remetido ao MP Federal; G1 aguarda retorno do órgão.

Por Marília Marques, G1 DF
01/06/2018 05h17 Atualizado há 30 minutos



Especialistas dizem que novo ataque afeta computadores nesta quarta-feira (17) (Foto: Reprodução/TV Globo)

Investigação do Ministério Público do Distrito Federal apontou um suposto esquema de venda de dados pessoais de brasileiros, pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), a outros órgãos da administração pública.

A apuração levou três meses. Segundo o inquérito, dados como endereço, nome da mãe, sexo e data de nascimento de inscritos no Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Jurídica (CNPJ) estavam sendo comercializados por até R\$ 273

mil. O caso foi encaminhado nesta quarta-feira (30) para o Ministério Público Federal (MPF).

O **G1** entrou em contato com o Serpro para esclarecer detalhes do processo. O órgão enviou nota oficial (**leia no fim da matéria**), na qual informa que "não comercializa dados governamentais", mas não respondeu os questionamentos da reportagem até a última atualização desta reportagem.

No documento enviado ao MPF, consta que a empresa pública se recusou a comentar a suposta prática, alegando "dever de sigilo".

Para o promotor de Justiça Frederico Meinberg – responsável pelas diligências do caso no DF – "trata-se de um negócio milionário" que envolve órgãos da administração pública direta e indireta.



Fachada da sede do Serpro em Brasília (Foto: Google/Reprodução)

Prestação de serviço

Anexado ao documento, a promotoria apresenta ao MPF o detalhamento de uma "proposta de serviço de extração de dados", assinada em 2013 por um superintendente do Serpro.

No termo, o órgão de processamento de dados se dispõe a extrair informações – até então sigilosas – da base da Receita Federal. As unidades sediadas em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo seriam as responsáveis pela operação.

Na proposta de contrato, o Serpro explica, ainda, como o serviço seria prestado. "Os dados extraídos serão processados e armazenados em um servidor virtualizado, alocado no centro de dados do Serpro, que são dotados de sala-cofre, com controle de acesso [...]".

3.3. Escopo

Em atendimento à solicitação do CFJ, a extração será feita de forma incremental, mensalmente, com o fornecimento das atualizações dos seguintes atributos:

ATRIBUTOS	
CPF	CNPJ
<ul style="list-style-type: none">▪ Número de inscrição no CPF▪ Nome Completo▪ Data de Nascimento▪ Sexo▪ Nome Completo da Mãe▪ Número do Título de Eleitor▪ Endereço completo do Domicílio Fiscal	<ul style="list-style-type: none">▪ Número de inscrição no CNPJ▪ Nome Empresarial▪ Nome Fantasia▪ Endereço completo do domicílio fiscal▪ Data da Constituição▪ Data da Abertura▪ Data de Validade no cartão CNPJ

3/5

Trecho da proposta de prestação de serviço elaborada pelo Serpro para o CJF (Foto: MPDFT/Reprodução)

Além disso, há detalhes sobre a condição de pagamento, sanções administrativas – em caso de quebra de contrato – e uma listagem de direitos, obrigações e responsabilidades das partes envolvidas. A

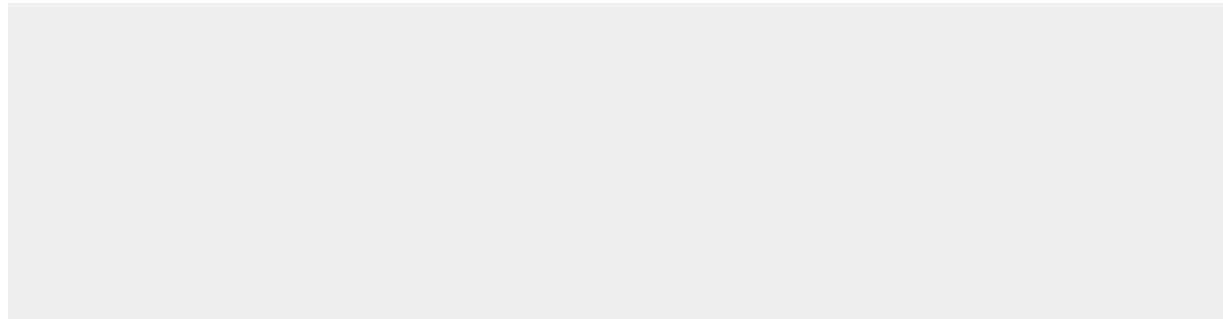
reportagem tenta confirmar a legalidade desta prática.

Entenda o caso

No início deste ano, o pedido do Ministério Público do DF para o **"congelamento" do domínio do site "Consulta Pública"** deu início às investigações sobre o suposto esquema de venda de dados pelo Serpro.

A página "derrubada" da internet fornecia livremente a consulta de dados pessoais, como nome, data de nascimento, nome da mãe, endereço, CPF e telefones. O site saiu do ar em fevereiro.

Para a promotoria, a "estruturação e a atualidade dos dados" contidos no portal foram indicativos de que a base, provavelmente, tinha origem na administração pública.



"O Serpro estaria comercializando informações pessoais constantes das bases de dados da Receita Federal. A venda é feita, também, para a própria administração pública, como indicam contratos analisados", diz o documento.

Leia a nota completa do Serpro

"Em atenção à notícia publicada no site do MPDFT, em 30/05/2018, o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), empresa pública federal criada pela Lei 5615/70, esclarece que foi autorizado pelo Ministério

da Fazenda, por meio da Portaria nº 457 de 08 de dezembro de 2016, assim como outros órgãos da administração pública direta que mantêm suas bases de dados em nosso parque tecnológico, a disponibilizar dados e informações à sociedade, através de soluções tecnológicas complementares às oferecidas pelos órgãos públicos e entidades da administração pública indireta, incluindo todos os setores da sociedade.

Nesta condição, informa que esses dados são, especificamente, aqueles processados em seus centros que, com a devida autorização dos órgãos gestores, possam servir informações tratadas à sociedade e, além disso, no formato definido pelo interessado, desde que, haja previsão legal e obtenha a prévia autorização dos órgãos responsáveis por essas informações.

Nesse cenário, o SERPRO não comercializa dados governamentais, mas os disponibiliza via serviço, mediante prévia autorização da Administração Direta e com o devido tratamento, aos órgãos ou entidades da sociedade, que tenham necessidade de acesso às informações de Estado.

O SERPRO é uma empresa estatal não dependente de recursos do orçamento federal e atua com suas próprias receitas operacionais para cobrir os custos e o necessário reinvestimento em tecnologia. Por essa razão, possui inúmeros contratos firmados com os diversos setores da sociedade.

A referida portaria do Ministério da Fazenda, a exemplo dos demais órgãos que possuem dados processados pelo SERPRO, caminha no sentido de oferecer transparência das suas informações que suportam todas as atividades da sociedade em suas respectivas atividades.

Nesse caminho, o SERPRO, na condição de empresa pública federal, atua como o braço operacional da política pública, no sentido de dar tratamento às informações que devem ser revertidas em benefício da sociedade.

O SERPRO, como empresa pública, tem como compromisso garantir um melhor serviço para o cidadão e a sociedade, preservando sempre o compromisso com a segurança e os sigilos exigidos".

Veja mais notícias sobre a região no **G1 DF**.